

28 MAR 2003

O GLOBO



O DELEGADO Gesival Gomes, entre os senadores Romeu Tuma (à esquerda) e Juvêncio da Fonseca

Delegado depõe no Senado e diz que não decidiu se indiciará ACM

PT consegue impedir convocação de Geddel para falar sobre gramos

Lydia Medeiros

• BRASÍLIA. Em depoimento ao Conselho de Ética do Senado, o delegado Gesival Gomes, da Polícia Federal, disse ontem que apenas quatro dos 28 depoimentos tomados pela PF citam o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) como suspeito mandante do grampo ilegal em 232 telefones na Bahia. O depoimento durou quase quatro horas. O delegado fez a afirmação em resposta à pergunta do senador Marcelo Crivella (PL-RJ), que quis saber se havia prova de que um integrante do Senado cometera crime.

— Não cheguei a essa conclusão e só poderei chegar ao fim do inquérito — disse o delegado.

Gesival afirmou que tem até 9 de maio para concluir a apuração e que quer ouvir ainda outras 22 pessoas, inclusive o senador.

— Se houver provas, ele será indiciado imediatamente — disse.

A próxima etapa da investigação no conselho será ouvir os jornalistas Weiller Diniz e Luiz Cláudio Cunha, da "Isoté", que apresentaram a senadores do PT a transcrição

de conversas com Antonio Carlos em que ele teria admitido ter mandado grampear telefones de adversários.

Antonio Carlos acompanhou a sessão de seu gabinete, com o neto, o deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA). No conselho, ele foi representado pelo advogado José Gerardo Grossi, que tentou mas não pôde fazer perguntas por decisão do plenário. Antonio Carlos se limitou a dizer que o depoimento do delegado foi correto.

PFL tentou impedir convocação de jornalistas

A convocação dos jornalistas e o plano de trabalho do conselho foram motivo de longo debate, bem mais polêmico que o próprio depoimento do delegado Gesival. O PFL esperava mudar a situação e propôs, sem sucesso, que ambos fossem ouvidos primeiro pela PF. Mas a convocação das testemunhas foi aprovada por nove votos a seis. O argumento definitivo foi dado pela senadora Heloisa Helena (PT-AL), ao afirmar que o requerimento aprovado para a instalação da sindicância foi motivado pelas decla-

rações dos jornalistas ao PT.

A maior surpresa veio do relator, o senador Geraldo Mesquita (PSB-AC), que ameaçou renunciar caso não tivesse liberdade na condução das investigações. Mesquita pediu ao delegado que sugerisse nomes de testemunhas que pudessem trazer novas informações ao conselho. Gesival citou o deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA), um dos que acusam Antonio Carlos, e o ex-assessor da secretaria de Segurança Pública da Bahia Alan Faria, já indiciado no inquérito.

O relator aceitou a sugestão e pediu que eles fossem convocados com os jornalistas. Foi quando o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), interveio. Ele afirmou que o depoimento de Geddel seria previsível, por ser inimigo de Antonio Carlos, e que Alan deveria ser chamado mais tarde. Essa foi a posição decidida pelo PT em reunião da bancada anteontem.

A tese do partido é a de que só as fitas podem constituir uma prova concreta contra o senador. Além disso, novas convocações estenderiam o caso e poderiam atrapalhar os trabalhos legislativos.

— Sou firme mas não sou turrão — capitulou Mesquita, diante da pressão do PT. ■